

ANEXO II

**MINUTA CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2024
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2024 – PMG
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17845/2024**

CONTRATO DE CONCESSÃO PÚBLICA, NÃO ONEROSA,
que firmam o MUNICÍPIO DE GUARATUBA, e a empresa
_____, objeto da Concorrência nº 05/2024.

Pelo presente instrumento de contrato de concessão pública, a título não oneroso, que fazem parte, de um lado, o **MUNICÍPIO DE GUARATUBA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Dr. João Cândido, nº. 380, Centro, em Guaratuba – PR, CEP 83.280-000, inscrita no CNPJ nº. 76.017.474/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. Roberto Justus, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, portador do RG nº. 5.365.806-7 e inscrito no CPF/MF nº. 018.691.799/60, denominado neste contrato como CONCEDENTE, e de outro lado a empresa **xxxxx**, inscrita no CNPJ nº **xxxxx**, com endereço na **xxxxx**, neste ato representada pelo(a) Sr(a). **xxxxx**, doravante denominada CONCESSIONÁRIA, têm entre si justo e acertado o presente contrato, cujas cláusulas e condições a seguir descritas, comprometem-se mutuamente a respeitar e cumprir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este instrumento rege-se pela Lei Federal nº. 14.133/2021, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Lei municipal nº. 1.578/2013, Decretos Municipais nº 25.356/2023, 25.357/2023, 25.358/2023, 25.359/2023, 25.360/2023, 25.361/2023, 25.362/2023, 25.363/2023, 25.364/2023, 25.392/2024, 25.393/2024 e 25.394/2024, e demais legislação aplicável.

A CONCESSIONÁRIA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

Parágrafo Primeiro. O presente contrato tem por objeto a Concessão de uso do terminal de descarga localizado na feira da pesca artesanal, antiga cooperativa de pescadores do bairro Piçarras do Município de Guaratuba, em conformidade com a Lei Municipal nº. 1.578/2013 e Lei Federal nº 14.133/2021, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Parágrafo Segundo. Concessão pública, não onerosa e sem contrapartida do Poder Executivo Municipal, para serviços de descarga de pescados, com exclusividade da concessionária na exploração econômica da atividade, nos parâmetros estabelecidos em termo de referência.

Parágrafo Terceiro. Fazem parte deste instrumento o Edital da Concorrência nº 05/2024, seus anexos e elementos instrutores, e a Proposta Técnica apresentada pela concessionária.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

Tendo em vista a excepcional natureza desta concessão, que é não onerosa e sem custos para o Município, não há valor contratual a ser reproduzido, assim como não há disciplina sobre forma de pagamento e/ou reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de 5 (cinco) anos, contados a partir da assinatura deste instrumento.

Parágrafo Primeiro. A contratação terá eficácia a partir da data da publicação do instrumento correspondente no Portal Nacional de Contratações Públicas.

Parágrafo Segundo. Ao final do prazo previsto para o contrato, o mobiliário urbano instalado, assim como suas benfeitorias incorporadas, será incorporado ao patrimônio do Município, não cabendo indenização de qualquer espécie à Concessionária

CLÁUSULA QUINTA – MODO, FORMA E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO

As regras referentes à prestação contratada estão descritas em detalhes no Termo de Referência - Item 4 - Subitem 4.2.

CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIOS PARA AFERIÇÃO DA QUALIDADE DA PRESTAÇÃO

As regras referentes à aferição da qualidade da prestação contratada estão descritas em detalhes no Termo de Referência – Item 6 – Subitem 6.6.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

São obrigações do Município concedente:

1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela concessionária, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
3. Notificar a concessionária por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
4. Não praticar atos de ingerência na administração da concessionária, tais como:
 - 4.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da concessionária, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados;
 - 4.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa concessionária;
 - 4.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da concessionária, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;
 - 4.4. Considerar os trabalhadores da concessionária como colaboradores eventuais do próprio Município, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

5. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
6. Realizar avaliações periódicas da qualidade da prestação, após seu recebimento;
7. Cientificar a Procuradoria do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela concessionária;
8. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "*as built*", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas, entre outros, após o recebimento da prestação e notificações expedidas;
9. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a concessionária houver se beneficiado de eventuais preferências estabelecidas em lei.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

A concessionária assume as seguintes obrigações, além daquelas previstas no Edital e no Termo de Referência:

1. Cumprir fielmente o contrato firmado, de modo que não haja nenhuma reclamação dos usuários;
2. Pagamento de faturas inerentes ao consumo de água e energia elétrica do imóvel objeto desta licitação, a ser feita pelo ocupante do local;
3. Devolver todos os bens quando cedidos pela concedente, vinculados à prestação de serviços, no término do prazo contratual;
4. Manter a conservação, manutenção e higiene do ambiente, obedecendo a legislação pertinente, e, quando da inexistência de controle, este, será efetuado pela fiscalização da concedente;
5. Assumir integralmente todas as despesas decorrentes de pessoal, encargos sociais e fiscais sugeridos a partir da exploração do espaço, objeto desta licitação, não podendo ser responsabilizada a concedente por qualquer ônus desta natureza;
6. Manter as pessoas que irão trabalhar no local em boa aparência, especialmente no tocante a higiene e controle de saúde, atendendo todos os requisitos de Boas Práticas de Fabricação e

afastar imediatamente do serviço, quaisquer de seus empregados, cuja condição de saúde se apresente insatisfatória;

7. Reparar as suas expensas, no total ou em parte, a critério da Concedente, todo e qualquer dano causado a bens e ou imóvel objeto desta concessão;
8. O Concessionário é o único responsável por qualquer acidente ou dano que venha a ocorrer no âmbito do espaço cedido envolvendo pessoas ou bens;
9. Como irá trabalhar na recepção de produtos de origem animal, deverá obedecer o que determina a • Lei nº 1.998, de 22 de Junho de 2.023 que “ Dispões sobre a regulamentação do Serviço de Inspeção Municipal – SIM/POA e os procedimentos para inspeção e fiscalização sanitária em estabelecimentos de produtos de origem animal no Município de Guaratuba/PR” e Decreto nº 24.959 de 4 de julho de 2023, que “regulamenta a lei nº 1.998 e a Resolução 01/2023 do COMESP que dispõe sobre as novas regras para o Serviço de Inspeção Municipal – SIM/POA, e estabelece os procedimentos de inspeção sanitária em estabelecimentos de produtos de origem animal e dá outras providências.
10. Montar a estrutura conforme o Memorial descritivo (em anexo), para recepção e lavagem do pescado, utilizando a esteira para transporte de pescados e separador de gelo fornecidos pela municipalidade.
11. Organização no atendimento aos pescadores, respeitando a ordem de solicitação do serviço.
12. Realizar a cobrança do serviço prestado fielmente de acordo com o que estabelecido em processo licitatório.
13. O proponente vencedor deverá efetuar a emissão de Alvará de Funcionamento e Licença sanitária junto a prefeitura Municipal de Guaratuba, após o término da construção do imóvel;
14. O proponente vencedor deverá obedecer às leis ambientais e solicitar licença ambiental junto aos órgãos competentes, caso necessário.
15. O proponente vencedor não poderá transferir, sublocar, ceder, emprestar, arrendar ou ceder gratuitamente total ou parcial o imóvel e/ou seu uso a terceiro a mesmo a título precário, sem prévio e expresso consentimento por escrito do Município, devendo no caso deste consentimento ser dado, agir oportunamente junto aos ocupantes, afim de que o imóvel esteja desimpedido.

16. Incorporar aos bens do Município de Guaratuba todas as benfeitorias realizadas pelo concessionário na área cedida, em qualquer momento /ou ao final do contrato sem direito a indenizações;
17. Visto que a finalidade do espaço é a geração de renda e emprego, e a estimulação do setor pesqueiro, a concessionária compromete-se a manter no mínimo 05 dias de funcionamento na semana, para que seja prestado um atendimento constante aos pescadores locais.

CLÁUSULA NONA – EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

Parágrafo Primeiro. O Concedente poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo. Deverá ser observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, no que couber, tendo em vista a natureza não onerosa deste contrato para o Município.

Parágrafo Terceiro. Será admitida extinção amigável, devidamente precedida de processo administrativo, que se dará conforme acordo entre as partes, sendo que, neste caso, também não caberá indenização de qualquer espécie à Concessionária.

Parágrafo Quarto. A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Parágrafo Quinto. Extinto o Contrato, o Concedente assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar.

CLÁUSULA DÉCIMA - MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Além do previsto no Decreto municipal nº. 25.356/2023, nesta contratação deverão ser observadas as seguintes regras:

1. A concessionária designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto, sendo que o Município poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a concessionária designará outro para o exercício da atividade;

As comunicações entre o Contratante e a concessionária serão realizadas por escrito, através do endereço de e-mail sec.adm@guaratuba.pr.gov.br ou por correspondência no endereço Rua Dr. João Cândido, nº. 380, Centro, em Guaratuba – PR, CEP 83.280-000.

2. O Município poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;
3. A concessionária não está obrigada a manter preposto da empresa no local da execução do objeto;
4. A fiscalização poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, assim como em outros métodos utilizados pela municipalidade;
5. A concessionária é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, não podendo onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e edificações, sendo que inadimplência da concessionária, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento;
6. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da concessionária, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 119 e 120 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
7. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
8. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela concessionária, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em extinção do contrato, conforme a Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
9. A Concessionária se submeterá a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo Município, não eximem a Concessionária de suas obrigações, no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais;

10. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa;
11. A Concessionária declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo Município, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades;
12. A Concessionária se obriga a permitir que a fiscalização acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato;
13. Compete à Concessionária fazer um minucioso exame das especificações dos bens, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas;
14. A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da concessionária no que concerne aos mobiliários instalados, sua entrega e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o Município ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução contratual não implicará corresponsabilidade do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. O licitante e o Contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto Regulamentador, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.
2. O descumprimento da execução do contrato sujeitará o contratado a multa, que será de 100 a 350 UFM para infrações leves, de 350 a 700 UFM para infrações moderadas e de 700 a 1000 UFM, nos termos do art. 156 da Lei nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

Parágrafo Primeiro. O recebimento do objeto do contrato será feito conforme for sendo prestado o serviço contratado, e se dará mediante a avaliação de servidores designados pelo Município, na forma do Decreto Municipal nº. 25.356/2023, que constatarão se o objeto entregue atende a todas as especificações contidas no Termo de Referência.

Parágrafo Segundo. O recebimento provisório ficará a cargo dos fiscais e o recebimento definitivo, do gestor do contrato ou da comissão designada pela autoridade competente, nos termos do art. 140 da Lei Federal n 14.133/2021.

Parágrafo Terceiro. Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos no parágrafo quarto, nos termos no disposto no § 3º do art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Quarto. Conforme Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a concessionária de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

É facultado ao Município suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas devidamente fundamentadas em processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Guaratuba/PR, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Caberá ao Concessionário a exploração econômica das atividades do Terminal de Carga e Descarga (cabendo exclusivamente a este a Captação e Gestão dos recursos financeiros), nos termos contidos no Termo de Referência.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato, em duas vias de igual teor e forma e para o mesmo fim, na presença de duas testemunhas.

Guaratuba, XX de XXXXX de 2024.

MUNICÍPIO DE GUARATUBA

Roberto Justus

Matrícula nº 733789

Prefeito

Concedente

SECRETARIA MUNICIPAL DA PESCA E AGRICULTURA

Cidalgo Jose Chinasso Filho

Matrícula nº 69261

Secretário

(NOME DA EMPRESA)

(Nome representante)

CNPJ Nº XXXXXX

Representante legal

Concessionária